

Uma opção no país da inflação

JOÃO PAULO DOS REIS

O GLOBO

Pelas suas vozes mais representativas, as lideranças empresariais já deram a sua demonstração de bom senso, no atual momento político. Como definiu o presidente do maior grupo empresarial do País: "Não é hora de fazer exigências, mas de dar todo apoio ao Presidente José Sarney, sem impor condições."

A Aliança Democrática, igualmente, já havia revelado, em todo o episódio da sucessão do Presidente Tancredo Neves, verdadeira sabedoria política. As lideranças, tanto do PMDB como do PFL, tinham tornado claro só haver um caminho, para a estabilidade das instituições e a normalidade democrática: o respeito à Constituição e ao compromisso da Aliança Democrática.

Se desejamos ter uma Nova República, ela deve começar pelo respeito às regras do jogo. E, principalmente, do jogo da sucessão presidencial.

Ao longo dos anos 50 e 60, as sucessões presidenciais, no Brasil, foram pontilhadas de tentativas de mudança das regras do jogo, depois de conhecidos os resultados das eleições. Ou de impedir que Presidentes legalmente eleitos concluíssem seus mandatos.

Os motivos mais nobres sempre foram invocados e muitas lideranças bem intencionadas se envolveram nessas investidas. Mas a verdade é que, tudo medido e pensado, hoje se pode concluir que em nenhum dos casos, entre a eleição de Getúlio, em 50, e a posse de Jango, em substituição a Jânio, em 61, se justificava fugir à normalidade constitucional.

Como um dos que, no entusiasmo da juventude, apoiaram todas as campanhas da UDN, devo reconhecer que mesmo a pressão avassaladora pela renúncia de Getúlio, em 54, foi desfavorável à democracia brasileira. Teria sido preferível havê-lo deixado terminar o mandato, a despeito do "mar de lama" e do atentado da Tonelero (inclusive pela enorme impopularidade que Getúlio já enfrentava).

Diante dessa lição, é impossível hesitar: não há salvação fora do esquema de sucessão previsto na Constituição e do cumprimento do compromisso da Aliança Democrática, que, segundo o Presidente do PFL prevê "a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos". Matéria esta a ser deliberada pela Constituinte, em 86, segundo a posição reiterada pelo Governo.

E por que é esse o caminho da normalidade institucional? Porque o Presidente Tancredo Neves e o Vice-Presidente Sarney foram eleitos dentro dessas regras. Tentar sair delas seria o mesmo que invocar a necessidade de maioria absoluta, como fez a UDN, após eleições realizadas sem essa exigência legal (a despeito da respeitabilidade da tese).

Por outro lado, é preciso acabar com o mal-entendido do "Sarney como homem de letras". O Presidente Sarney é um bom executivo,

como mostrou à frente do Governo do Maranhão, e está tornando evidente na Presidência.

Nos idos de 1968, acompanhei Helio Beltrão, então Ministro do Planejamento (e eu seu Secretário Geral, numa visita ao Maranhão. Durante alguns dias, em sucessivas reuniões com o Governador e sua equipe, viramos pelo avesso a Administração do Estado, que estávamos avaliando para definir o auxílio federal cabível. O que emergiu foi o quadro de um Governo dinâmico, financeiramente responsável e de sólida base popular.

Mas, voltando ao argumento inicial, dada a demonstração de bom senso e sabedoria política, pode-se agora indagar o que devem as lideranças empresariais sugerir ao Presidente Sarney como prioridade básica, na área econômica, para o Governo que se inicia. Tão delicada é a situação da economia brasileira que nos lembramos da descrição sombria reservada por Churchill para certos momentos nacionais graves: os terríveis "ifs" acumulam-se.

Com base no pronunciamento preparado pelo Presidente Tancredo Neves para a primeira reunião Ministerial, é possível, talvez, conceber uma estratégia bipolarizada, que considere, de um lado, o problema da inflação e da dívida externa. E, de outro lado, a "dívida social" contraída por todos os brasileiros para com os que vivem na linha de pobreza, ou abaixo dela". Ou seja, a prioridade em favor dos pobres, referida pelo Presidente Sarney na noite do falecimento de Tancredo Neves.

Dentro dessa estratégia, cabe fazer o que, em homenagem a Jô Soares, poderíamos chamar de "uma opção no País da inflação".

A inflação chegou a tal ponto, no Brasil, que se tornou fácil obter um consenso sobre a necessidade de evitar assuma ela caráter explosivo e se argentinize, ante a ameaça de um déficit fiscal de Cr\$ 50 trilhões.

Nessas condições, a opção econômica deve ser, essencialmente, no sentido de que o Governo, mesmo dentro do gradualismo tradicional no Brasil, adote uma fase inicial de contenção fiscal e monetária, objetivando abortar uma explosão inflacionária. Tal contenção é compatível com certo crescimento do PIB, mas moderado. O alívio poderia vir na segunda parte, após a garantia de que resultados mínimos serão obtidos.

O Governo começou bem, na área da inflação, com a taxa de 7,2% de abril. Mas a verdade é que nenhum resultado será duradouro, se não se basear numa grande austeridade fiscal e monetária.

Deve ficar claro que a opção não é entre fazer austeridade ou não fazer. A opção é entre fazer austeridade logo de início, para garantir resultados, e depois aliviar; ou ter de fazer austeridade mais tarde, quando as coisas se complicarem, com resultados certamente desfavoráveis.

Essa é a lição de um Governo socialista, o da Espanha, que soube fazer o seu Pacto Social e evitar as armadilhas populistas, em que

caíram os governos Mitterrand e Alphonsin.

Feita a opção em favor do ataque imediato à inflação, onde é que fica a segunda perna da estratégia, voltada para as classes de renda baixa?

05 MAI 1985

O Brasil construiu o seu modelo industrial e urbano principalmente nos anos 50, com a substituição maciça de importações então realizada. Foi uma estratégia válida, a despeito das distorções ocorridas. Mas àquele modelo faltavam algumas peças. Ele tinha "pecados".

O primeiro desses "pecados" era a falta de uma linha de ação voltada para as exportações, principalmente de manufaturados. Essa deficiência foi corrigida após 64, e hoje o Brasil está com mais de 60% das suas exportações na área de industrializados.

O segundo "pecado" era a excessiva dependência em relação a importações de petróleo e matérias-primas industriais, que trouxeram brutal desequilíbrio estrutural, após a crise do petróleo. Os grandes programas do Governo Geisel, continuados no Governo passado, de substituição de importações de Insumos Básicos e Bens de Capital, juntamente com o aumento da produção interna de petróleo, viabilizada pela descoberta da província de Campos, permitiram corrigir esses desequilíbrios. De tal modo que, com uma política cambial de desvalorizações reais, foi possível apresentar um **superavit** comercial de US\$ 13 bilhões no ano passado e ter a perspectiva de outro grande **superavit**, um pouco menor, em 1985.

Ainda um "pecado" do modelo era a ausência de uma linha de atuação voltada diretamente para as populações de renda baixa. O Governo Geisel chegou apenas a esboçar algo nesse sentido, por exemplo, com o programa de atendimento aos agricultores de baixa renda do Nordeste e com o 14º salário.

Conseqüentemente, muito resta a fazer, para reduzir a gravidade do problema da pobreza absoluta, e, por isso, tem sentido o chamado Programa de Emergência.

Mas uma condicionante deve ser colocada, para torná-lo compatível com a opção econômica sugerida, de esforço imediato na área da inflação: que o Programa seja executado com recursos do FINSOCIAL e outras dotações existentes. Vale a prioridade em favor dos pobres e em favor do Nordeste (no Brasil, não raro, as duas coisas estão juntas). Mas, para atendê-la, deve-se conter despesas em outras áreas, e utilizar recursos existentes, sem aumentar o **deficit** governamental. Pois este, ao contrário, deve ser drasticamente reduzido: é nele que a coisa começa. E sem essa contenção do **deficit** a política monetária, e os demais instrumentos de controle da inflação, além de exacerbarem as taxas de juros, não poderão apresentar os resultados desejados.

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO é Presidente do Conselho de Administração da Companhia Invesplan de Participações e ex-Ministro do Planejamento